

RESUMO: A importância de discutir a inclusão em nossas escolas se justifica pelo fato que, para os deficientes, ainda hoje, a inclusão não é uma realidade em todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas. O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, e com consequência dessa educação de qualidade, temos uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico. O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes, para tanto o professor da atualidade frente aos novos desafios, precisa articular-se, tornar-se um professor-pesquisador e a relevância da família em todo o processo é de suma importância.

Palavras-chave: Inclusão. Escolas. Deficientes. Qualidade. Família.

ABSTRACT

The importance of discussing the inclusion in our schools is justified by the fact that, for the disabled, including still not a reality in all schools, whether public or private. The democratic principle of education for all is only evident in the educational systems that specialize in all students, and therefore that quality education, we have an innovation that implies an effort to update and restructure the current conditions of the majority of our schools level basic. The successful inclusion of students with disabilities in regular schools appears, therefore, the possibilities of achieving significant progress in the education of these students, through the adaptation of teaching practices to the diversity of learners, for both the teacher of today face new challenges, need to articulate, to become a teacher-researcher and the importance of family in the whole process is of paramount importance.

Keywords: Inclusion. Schools. Disabled. Quality. Family.

INTRODUÇÃO

A inclusão conceitua-se como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, pessoas consideradas diferentes da comunidade a que pertença. Ela ocorre num processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam juntas, equacionar problemas, discutir soluções e equiparar oportunidades para todos. Incrementar a diversidade é promover a igualdade de chances para que todos possam desenvolver seus potenciais. No caso das pessoas com deficiência, devemos começar garantindo-lhes o direito de acesso aos bens da sociedade – educação, saúde, trabalho, remuneração digna etc.

Dessa forma, aqueles que antes estavam fora do processo educacional porque tinham alguma diferença, têm agora, por força da lei, o seu espaço assegurado dentro do sistema regular de ensino, devendo a escola adaptar-se para acolhê-los nas suas necessidades educacionais especiais.

Assim, além das políticas públicas, aspecto de igual importância, para o processo inclusivo, faz-se um estudo das escolas da sede do município de Ribeirão do Largo e

dos profissionais de educação para o trabalho com Educação Inclusiva, que venha atender, de forma inclusiva, ao universo dos alunos com necessidades educacionais especiais.

As Instituições Municipais de Ensino da sede do município de Ribeirão do Largo estão preparadas para atender as demandas de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais?

É urgente o início de um trabalho de divulgação dos direitos que os deficientes possuem, para que assim eles possam, de fato, lutar por tais direitos. As nossas escolas não estão mesmo preparadas para recebê-los, mas se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer. Desta forma, é preciso que as escolas deem o primeiro passo para o processo de inclusão, que é aceitar que ele se matricule.

Neste estudo, iremos analisar se as instituições públicas de ensino que dispõem de instrumentos físicos e humanos adequados para atender as demandas de pessoas com necessidades especiais. E para isso devemos identificar as condições físicas e humanas das escolas para atender as pessoas com necessidades especiais e verificar o conhecimento dos educadores e gestão escolar quanto a educação inclusiva, conduta em sala de aula e orientações à família.

Para melhor compreensão da história da educação inclusiva e da pessoa com deficiência em nosso município, começaremos apresentando a história da humanidade e dos deficientes nela existente e suas peculiaridades culturais, promovendo modos diferenciados de relacionamentos. Uma análise e reflexão a respeito das políticas de inclusão, levando em conta os paradigmas conceituais e princípios que vem sendo progressivamente defendidos em documentos nacionais e internacionais necessário. A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade.

Este artigo utiliza da metodologia qualitativa de pesquisa que norteia e dá sentido à forma como o pesquisador lança mão para investigar, conhecer, buscar os caminhos que o levarão a responder os seus objetivos. Essa metodologia não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social, nesse caso, as instituições de ensino da rede pública de ensino.

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1 A Deficiência na História

Ao longo da história da humanidade as pessoas portadoras de deficiência tiveram uma vida marcada por forte rejeição, discriminação e preconceito, o que levava, sempre à segregação, exclusão, a depender das ideias que marcavam cada momento histórico vivido.

Entretanto, a visão que se tinha a respeito da deficiência foi se modificando. Vale ressaltar que, a história da humanidade e a história dos deficientes diferem de cultura para cultura, isso no que se referem às crenças, conceitos, valores e ideologias que, transformadas em práticas sociais, provocam modos diferenciados de relacionamentos.

Para tanto, quando se diz a respeito de pessoa deficiente é inevitável destacar seu aspecto histórico porque este pode ser percebido em épocas anteriores.

Muitos autores tentaram compreender e analisar historicamente a maneira tal que a sociedade declarava-se diante das pessoas com deficiência. Na antiguidade o tratamento desumano às pessoas deficientes, permaneceu durante muito tempo em diversos países no mundo. Tal forma pode ser analisada em muitas culturas.

Como exemplo da total irrelevância que se dava aos excluídos, podemos destacar Esparta, onde os meninos deveriam estar a serviço do exército a partir dos 07 aos 37 anos. E muitos ficavam à margem desse dever ou direito do cidadão da época, pois para atender a esta exigência, essas pessoas tinham que ser capazes e saudáveis para defenderem o Estado nas incessantes batalhas. Naquela época, aquelas que apresentassem qualquer tipo de deficiência eram desconsideradas aptas para o exercício da guerra. Neste sentido, assim que os bebês nasciam, eram levados para uma comissão oficial que era formada por anciãos. Com a criança em mãos, os anciãos levavam-nas para um local chamado “Apothetai”, que significa depósito e que na verdade, tratava-se de um abismo. A criança era lançada neste abismo, causando sua morte. Em Atenas, Capital da Grécia, não foi tão diferente, pois quando um bebê nascia com alguma deficiência, o próprio pai deveria matá-lo. Tal prática também acontecia em Roma.

Tais prejuízos continuaram ao longo da história. Em Silva (1987, p. 22), afirma-se que no Egito antigo, as pessoas sustentavam a ideia de que a deficiência era provocada por “maus espíritos”. De acordo com o Autor Sassaki ‘outros grupos consideravam a deficiência como sinal de distinção, a qual trazia para a pessoa um privilégio especial’. Assim que surgiu o Cristianismo, a visão do homem modificou-se para um Ser individual e criado por Deus. Dessa forma, os deficientes passaram a ser considerados criaturas de Deus, pois precisavam de cuidados. Tal situação pode ser confirmada nas palavras de Silva (1987, p.150): “a alma não é manchada por deformidades no corpo (...) uma grande alma pode ser encontrada num corpo pequeno e disforme”. A partir do pensamento cristão, as pessoas com más formações passaram a ser comparadas pela lei Constantino em 315 D.C.

Contudo, a desconsideração em relação aos deficientes ainda permaneceu durante muito tempo. No Império Bizantino, a igreja Católica, juntamente com o Estado, se encarregava de levar as pessoas deficientes para o mosteiro. Os deficientes eram vítimas de mutilações realizadas pela igreja. Tal atitude era uma forma de punir os deficientes por crimes cometidos. A ideia de valorização do homem só aconteceu no século XV, a partir do Humanismo. Porém, os deficientes passaram a ser vistos de uma outra maneira. Todavia, nos séculos XVI e XVII, a comunidade passou a ser responsável pelos serviços de saúde. A criação de hospitais só aconteceu em meados do século XVII. Tais hospitais eram, de uma forma, asilos para o isolamento, para a cura e para estudos.

Nos séculos XVIII e XIX houve uma preocupação com os deficientes, então, foram construídas algumas instituições para que os deficientes tivessem uma educação à parte. Os asilos e manicômios acolhiam os “alienados” para tratá-los; o ambiente tornava-se uma espécie de prisão para a suposta proteção da sociedade. Neste compasso, com o isolamento dos deficientes, estes ficam segregados, e isentos do convívio social.

Porém, a prática social de categorizar, selecionar, de receber, ou de tratar alguém para tal, é mantida por uma “linha” preconceituosa. Entretanto, verifica-se que o “preconceito” é o resultado das intenções, más interpretações e do próprio olhar do preconceituoso. Não é tão difícil perceber alguém preconceituoso. Ainda há aquelas pessoas que cometem tais injustiças, como, por exemplo, deixar de atender alguém só porque este não corresponde ao que se espera. Nota-se que, se tal pessoa se apresenta bem vestida, com características físicas normais, com aparência bonita e beleza exuberante, esta sim, será bem tratada e bem recebida. No pensamento de Vash (1991, p. 83) “numa sociedade que venera gente bonita, defeitos sérios parecem intoleráveis”.

Nesse contexto, pode-se perceber que as pessoas deficientes eram tratadas da forma mais insensível e da forma mais desumana, deixando-as isentas de sua liberdade de viver, de sonhar, de brincar e de ser criança. Não lhe deram a oportunidade de tentar aprender a viver em sociedade, pois esta nem se quer tentou perceber o valor da vida.

No Brasil, os deficientes foram vítimas de discriminação também, pois segundo Ferreira (2002, p.75):

Eram mantidas distantes de ‘todos os setores da sociedade, sendo-lhe negado o acesso aos principais benefícios, bens e oportunidades disponíveis às outras pessoas em todas as áreas de atividade, tais como educação, saúde, mercado de trabalho, lazer, desporto, turismo, arte e cultura.

Nesse sentido, convém dizer que, a situação dos deficientes no Brasil não foi diferente do que aconteceu em outras partes do mundo. As pessoas que possuíam algum tipo de deficiência mental eram levadas para instituições específicas para se tratarem, sem qualquer contato com a sociedade dita “normal”.

Os mecanismos de segregação e de exclusão foram praticados ao longo da história sem qualquer proposta pedagógica ou psicológica. ‘O asilismo esteve presente no Brasil e sua marca residia nos antigos manicômios, em que as pessoas que eram vistas como “diferentes”, eram excluídas (loucos, deficientes mentais, indigentes etc.), medicalizadas e apartadas da vida em sociedade. Era o ícone da exclusão social através do confinamento. Os deficientes eram tratados no limite da pobreza e tratados com preconceito, que era disfarçado de forma generosa e a questão, “direitos”, era tida como sinônimo de privilégio.

Esses indivíduos também eram tidos como “castigos” e banidos da sociedade com a morte. Jover (1999, p. 12) salienta que, a diferença era vista como destino, maldição, marca do demônio, e desta forma, o que era diferente era interpretado como desconhecido e misterioso, e o desconhecido era fonte de medo. Somente no século XIX, os deficientes passaram a ser vistos como doentes, inválidos e incapazes. Por isso essas pessoas foram segregadas em instituições, isoladas, desrespeitadas e desvalorizadas. Atenta-se para que seja necessária uma conscientização do significado da palavra “respeito”. Algumas pessoas vivem em ambientes de harmonia, de afeto, de incentivo, de aceitação, outras não souberam o que essas palavras poderiam representar em suas vidas, pois nem se quer as perceberam e não foram educadas para tal, mas o respeito é imprescindível na vida de qualquer pessoa. Então, é preciso refletir sobre tal questão. Verifica-se também que, a rejeição, a humilhação e o preconceito contra qualquer pessoa podem trazer problemas emocionais. Partindo dessa premissa, é

importante perceber a sensibilidade da pessoa quando esta é ridicularizada e rejeitada. Entretanto, deve-se lembrar que as pessoas possuem muitas coisas em comum, mas cada uma é um indivíduo único, com características próprias e uma história só sua. Porém, é preciso respeitar as diferenças porque só assim, essas pessoas poderão conquistar seus espaços. Respeitar o limite do outro, é permitir ao cidadão sua liberdade de locomoção, vigente na Constituição Federal.

Desde 1988 que a nossa Constituição tem como um dos princípios, assegurar a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, mas, este princípio ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens que apresentam necessidades educacionais especiais.

Lentamente, as pessoas deficientes vão adquirindo seus espaços. A lei nº7.853, de 24 de outubro da Constituição Federal de 1989, garante às pessoas deficientes o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos ao lazer, à saúde, à educação, à previdência social, ao trabalho, ao amparo à infância e à maternidade, entre outros. A lei 10.048 (11/2000) dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência em repartições públicas e bancos. Outro benefício alcançado pelos deficientes consta na lei nº 8899/94, regulamentada pelo decreto 3.691/00 em função do passe livre, ficando assim, isento do pagamento da passagem. (extraído do texto “Considerações sobre os direitos das pessoas com deficiência – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2ª ed.; São Paulo: 2002). Observa-se que tais leis além de propor acabar com o preconceito, podem também facilitar a inserção da pessoa deficiente no mercado de trabalho. Convém dizer que, a convivência humana ainda é marcada por diversos conflitos em função dos preconceitos e das discriminações de etnia, de gênero, de religião, de classe social, entre outros; porém, as palavras do autor “Enio Rodrigues da Rosa” remetem para uma visão e reflexão do “presente” para o futuro. As palavras do autor fortalecem a ideia de libertação, interação, inclusão e a valorização do Ser Humano.

1.2 As Necessidades Educacionais Especiais e a Prática Pedagógica

Tornar a escola inclusiva implica uma ação conjunta entre o sistema regular de ensino e a educação especializada. O MEC sugere através das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001.p. 67) diversas possibilidades de interação entre a escola comum e a escola especial.

Esses serviços devem ocorrer no espaço da escola regular e pode ser de três tipos:

- Nas classes comuns: o planejamento seria realizado pelo professor da classe comum em conjunto com o professor especializado – da Instituição Especial – visando garantir a inclusão da criança.
- Nas salas de recursos: processo de aprendizagem realizado na sala de recursos ou em outro espaço da escola que não a sala de aula, com o professor especializado. O aluno deve frequentar esse local em horário que não coincida com o seu período em sala de aula.
- Itinerância: visitas sistemáticas do professor especializado à escola, com a finalidade de apoiar e orientar o professor da classe comum nas dificuldades que estejam na prática inclusiva (BRASIL, 2001, p.).

1.2.1 Atendimento em Classes Especiais

De acordo com o documento Estratégias e Orientações para a Educação de Alunos com Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem Associadas às Condutas Típicas, as classes especiais:

São classes criadas para o atendimento educacional de alunos cujo comportamento e/ou desenvolvimento dificultam a aplicação do currículo em classe comum [...] É importante que, a partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno, à equipe da escola e a família decidam conjuntamente, a possibilidade de seu retorno à classe comum. (BRASIL, 2002, p. 27).

Assim, as classes especiais são classes criadas a partir das necessidades dos alunos. Se na escola existem alunos que necessitam de uma atenção constante do professor especializado, a escola regular pode criar um espaço específico para eles, desde que seja em caráter transitório. Chamamos a sua atenção para o fato de que essa solução só deve ser utilizada de forma extraordinária, pois, esses alunos deverão permanecer apenas por um tempo limitado nessa situação de segregação.

1.2.2 Atendimento nas Escolas Especiais

Esse atendimento deve ser oferecido a alunos que necessitem de ações individualizadas contínuas, sistemáticas e intensas, requerendo profissionais especializados para a sua execução. Entretanto, estes alunos, assim como aqueles que estão em classes especiais, devem estarem constante avaliação, a fim de que não se perca de vista a possibilidade de serem incluídos na escola comum.

Lembramos, contudo, que o momento histórico que vivemos atualmente é regido pelo Paradigma da Inclusão. Assim, na Escola Especial devem permanecer apenas os alunos com quadros comportamentais muito severos, e mesmo para eles deve existir a possibilidade de, em algum momento do seu desenvolvimento escolar, ser possível ingressar na escola comum em alguma das modalidades descritas.

1.2.3 O papel do professor

Na opinião de Ferreira (2009, p.1)

Não basta que haja numa escola a proposta de inclusão, não basta que a arquitetura esteja adequada. É claro que estes são fatores favoráveis, mas não fundamentais. É preciso que o coração esteja aberto para socializar-se e permitir-se interagir. E, como quem semeia com o tesouro do conhecimento, que refaz e constrói, é o professor que alavancará os recursos insubstituíveis para uma educação inclusiva de qualidade. Para isso, portanto, seu coração também precisa estar aberto. Ele igualmente terá que acreditar e se ver em processo de inclusão permanente, terá que criar e recriar oportunidades de convivência, provocar desafios de interação e aproximação, estabelecer contatos com os diversos e distintos saberes, planejando de forma flexível, mas objetiva, entendendo que a comunhão, a busca do semelhante e o reconhecimento de que ninguém detém um saber, favorecem a troca, a parceria e a segurança de uma inclusão com qualidade. Se o professor acreditar que incluir é destruir barreiras, ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca no processo de construção do saber e do

sentir, ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos nós desejamos, semeando assim um futuro que sugerirá menos discriminação e mais comunhão de esforços na proposta de integrar e incluir.

A postura do professor deve ser a de proporcionar ao aluno trocas com o meio, ao tempo em que valoriza a sua autonomia e independência, sem descuidar de suas limitações.

Por isso, o educador deve ter bastante cuidado, o seu papel é estar sempre atento, estimulando as crianças para que participem dos momentos de compartilhamento e troca dos conhecimentos, sejam eles sociais, afetivos ou cognitivos. É dessa forma, assumindo o papel de mediador entre a criança e o mundo, que ele favorecerá a interação social entre os alunos.

A formação do educador deve estar centrada no estudo e discussão das teorias atuais que abrangem a prática pedagógica. Ele deve ter como objetivo principal do seu trabalho o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os seus alunos, independente das diferenças que eles apresentem.

Sabemos que, no geral, os professores são bastante resistentes às inovações educacionais, como a inclusão. A tendência é se refugiarem no impossível, considerando que a proposta de uma educação para todos, é válida, porém, utópica, impossível de ser concretizada com muitos alunos e nas circunstâncias em que se trabalha hoje nas escolas, principalmente nas redes públicas de ensino.

A maioria dos professores têm uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é rejeitado. Também reconhecemos que as inovações educacionais abalam a identidade profissional, e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los.

Os professores acreditam que a formação em serviço lhes assegurará o preparo de que necessitam para se especializarem em todos os alunos, mas concebem essa formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização com uma terminalidade e com um certificado que lhes convalida a capacidade de efetivar a inclusão escolar. Acreditam que os conhecimentos que lhes faltam para ensinar as crianças com deficiência ou dificuldade de aprender por outras incontáveis causas referem-se primordialmente à conceituação, etiologia, prognósticos das deficiências e que precisam conhecer e saber aplicar métodos e técnicas específicas para a aprendizagem escolar desses alunos.

Se de um lado é preciso continuar investindo maciçamente na direção da formação de profissionais qualificados, não se pode descuidar da realização dessa formação e estar atento ao modo pelo qual os professores aprendem para se profissionalizar e para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos, assim como reagem às novidades, aos novos possíveis educacionais.

Vale destacar, porém, que a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação,

supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente. A formação implica um processo contínuo, o qual, segundo Sadalla (1997, p. 33) precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem.

1.2.4 O papel da família

A família, como grupo social primário, desempenha uma função determinante na formação e no desenvolvimento afetivo, cognitivo e social das crianças e jovens. É através do convívio com a mãe o pai e demais membros da família que a criança tem seu primeiro contato com o mundo e aprende a desenvolver os papéis e atitudes essenciais para seu processo de socialização.

A participação que uma pessoa com necessidades educacionais especiais pode desenvolver na sociedade dependerá em grande parte da disponibilidade de sua família em permitir-lhe participar e usufruir dos recursos oferecidos pela comunidade, apesar de todas as barreiras (físicas e sociais).

Lembramos que, o ambiente no qual será inserida a criança forma-se antes do seu nascimento. Assim, quando a criança nasce com deficiência, quase sempre é necessário o apoio de terceiros para que a família possa lidar com essa nova situação. Em alguns casos, torna-se necessária a presença de um profissional especializado para que um vínculo saudável entre a mãe e o bebê seja estabelecido e o desenvolvimento da criança possa prosseguir.

Por isso, um ambiente positivo, estimulador, deve ser constituído desde às primeiras relações da criança com o mundo. Pois, quanto maior for a participação da pessoa no contexto social, maior será a sua chance de assumir um novo papel na família. Não mais exclusivamente o papel de coitadinho, de dependente, de incapacitado, mas o papel de uma pessoa que pode atuar no mundo, com suas possibilidades e limitações, é claro, mas, que pode contribuir com sua experiência no contexto social.

A família tem total responsabilidade no tocante a implementação do direito à educação de suas crianças e adolescentes. Diante da normativa constitucional e legal, não cabe aos pais o direito de escolha no que se refere à matrícula de seus filhos com deficiência na rede regular de ensino, constituindo em uma obrigação, não podendo os mesmos optar apenas pelo atendimento educacional especializado (ou educação especial).

1.3 As Perspectivas

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural. Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos nos contradizer nem mesmo contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada, sem motivos. A escola prepara o futuro e de certo que se as crianças conviverem e aprenderem a valorizar a diversidade

nas suas salas de aula serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para defender o indefensável.

A inclusão escolar remete à escola a questões de estrutura e de funcionamento que subvertem seus paradigmas e que implicam em um redimensionamento de seu papel, para um mundo que evolui a "bytes". O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence a todos pela sua lógica, pela ética de seu posicionamento social.

A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira. A inclusão é reveladora dessa distância que precisa ser preenchida com as ações que relacionamos anteriormente. Assim sendo, o futuro da escola inclusiva está ao nosso ver, dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente embutidos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos.

Se hoje ainda são experiências locais, as que estão demonstrando a viabilidade da inclusão, em escolas e redes de ensino brasileiras, estas experiências têm a força do óbvio e a clareza da simplicidade e só essas virtudes são suficientes para se antever o crescimento desse novo paradigma no sistema educacional. Não se muda a escola com um passe de mágica.

A implementação da escola de qualidade, que é igualitária, justa e acolhedora para todos, é um sonho possível. A aparente fragilidade das pequenas iniciativas, ou seja, essas experiências locais que têm sido suficientes para enfrentar o poder da máquina educacional, velha e enferrujada, com segurança e tranquilidade. Essas iniciativas têm mostrado a viabilidade da inclusão escolar nas escolas brasileiras. As perspectivas do ensino inclusivo são, pois, animadoras e alentadoras para a nossa educação. A escola é do povo, de todas as crianças, de suas famílias, das comunidades, em que se inserem.

Considerações finais

Não temos nenhuma proposta de inclusão que possa ser generalizada ou multiplicada, pois ainda é incipiente, no entanto, é de consenso que esse processo é de responsabilidade de toda a sociedade e, portanto, é preciso que a escola esteja aberta para a "escuta", favorecendo assim, as trocas para a construção do processo de inclusão escolar.

Falar de inclusão, em nossa sociedade, é um desafio. Porque simplesmente, esta dita sociedade possui barreiras para separar as escolas regulares dos alunos com necessidades especiais. A primeira, e mais difícil, é o preconceito. A segunda é a estrutura física. Outra barreira é a falta de conhecimento a respeito dos direitos dos deficientes por parte dos seus familiares. Como lutar por direitos se não se sabe nem mesmo que eles existem?

Desta forma, é urgente o início de um trabalho de divulgação dos direitos que os deficientes possuem, para que assim, eles possam, de fato, lutar por tais direitos. Quanto às nossas escolas, de fato, elas não estão mesmo preparadas para recebê-los. Entretanto, se for esperar que ela se prepare literalmente, esta inclusão demorará ainda mais para ocorrer. Desta forma, o primeiro passo para o processo de inclusão está acontecendo, é a matrícula das crianças e jovens com necessidades especiais.

Para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas e dos processos de avaliação. É necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devemos utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas/práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta, a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma contínua e permanente, dando ênfase à qualidade do conhecimento e não à quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação. Valorização maior das metas e não dos obstáculos encontrados pelo caminho, priorizando as questões pedagógicas e não apenas a questão biológica, com expectativa de que tudo será resolvido pela saúde.

O processo de inclusão deve ser adotado com responsabilidade não basta que os alunos com necessidades educacionais especiais estejam integrados, eles devem participar plenamente da vida escolar e social dessa comunidade escolar. As escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos considerados como "normais". Por isso, a inclusão assume que a convivência e a aprendizagem em grupo é a melhor forma de beneficiar a todos, não somente às crianças especiais.

Portanto, as mudanças são fundamentais para inclusão, mas exige esforço de todos, possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de

conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade e capacidade. Para isso, a educação deverá ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo aluno, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possam assim favorecer o processo de inclusão. É preciso que haja uma transformação no sistema de ensino, que venha beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta, a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

Não podemos esquecer que avaliação no currículo inclusivo deve ser flexível, porém objetivo. Precisamos ter a preocupação com modelos de aprovação facilitada, pois se o aluno com deficiência acabar passando de uma série para outra, sem ter necessários conhecimentos, estaremos reproduzindo os mesmos problemas do Ensino Especial. É por isso que estamos buscando um novo modelo educacional.

A Educação Inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular. A participação das crianças no processo inclusivo é o ponto decisivo para provocar uma revolução positiva do comportamento humano.

É importante lembrar que, uma Educação Inclusiva não se faz por decreto, é um longo caminho a ser percorrido e está fundamentada no princípio de atenção à diversidade e na educação de qualidade para todos, garantindo o direito de todos à educação, o acesso e as condições de permanência e continuidade de estudos no ensino regular em uma escola acolhedora. Entretanto, apesar de toda e qualquer dificuldade, nada deve impedir que a inclusão aconteça. Mesmo porque, uma vez que a inclusão está prevista na nossa Carta Maior, a Constituição Federal, isto faz da inclusão, um direito inalienável e como direito subjetivo, que é, poderá se constituir um crime, a escola que não receber os alunos que tiverem necessidades especiais.

A educação inclusiva é um meio para se alcançar a inclusão social, algo que não deve ser alheio aos governos e estes devem dedicar os recursos econômicos necessários para estabelecê-la. Mais ainda, a inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o verdadeiro significado de ser incluído. Felizmente, é um processo mundial irreversível. Veio para ficar e multiplicar-se abrindo caminhos para a construção de uma sociedade verdadeiramente para todos, sem exceção sob nenhuma hipótese. Está implícita na inclusão social, a participação no mercado de trabalho competitivo, sendo este, o fim último da inclusão. Todas as crianças sem exceção devem ter oportunidades de desenvolverem ao máximo suas potencialidades, fundamenta-se nesse princípio o direito dos alunos com altas habilidades receberem um atendimento especial adequado. A Educação Especial deve atuar na relação pedagógica para assegurar respostas educacionais de qualidade às necessidades desses alunos, por meio de serviços, recursos e metodologias em todas as etapas da Educação Básica que dela necessitem para o seu sucesso na escola. Por isso, as escolas deveriam organizar possibilidades educacionais eficientes para favorecer o desenvolvimento dos talentos e a participação ativa dos alunos com altas habilidades na sociedade. Mas, é imprescindível rever a estrutura da escola, ampliar os objetivos propostos para o ensino e modificar a metodologia de

trabalho, a fim de possibilitar o desenvolvimento do potencial de todos os alunos conforme suas habilidades e interesses individuais é o desafio para a construção de uma escola inclusiva democrática.

Referências

- ALENCAR, E. S.; FLEITH, D. de S. Superdotados: determinantes, educação e ajustamento. 2. ed. São Paulo: EPU, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001.
- CORRÊA, M. L; SIQUIRA, N. A.; SILVEIRA, S. T. Reflexões sobre práticas inclusivas que podem atender os alunos com Altas habilidades/superdotação. IN: FREITAS, S. N. Educação e altas habilidades/superdotação: a ousadia de rever conceitos e práticas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006. p. 213-229.
- GUENTHER, Z. C. Um programa de atendimento ao bem dotado no Brasil. Lavras: CEDET - UFLA/MG, 1995.

FERREIRA, J. R. A nova LDB e as necessidades educativas especiais. In Cadernos CEDES 46. Campinas:Universidade Estadual de Campinas, 1a. ed., p. 7-15, 1998.

MEC, BRASIL. Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990. www.mec.gov.br

MEC, BRASIL. Declaração de Salamanca, 1994.
www.direitoshumanos.usp.br/principal.html

MEC, BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 1999. www.mec.gov.br

MENDES, E.G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. & MARINS, S. (orgs.) Escola Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, p. 61-85, 2002 a.

MENDES, E.G. Desafios atuais na formação do professor de educação especial. In: MEC, Secretaria de Educação Especial. Revista Integração. Brasília: MEC, no. 24, p. 12-17, 2002 b.

TAFNER, Elisabeth Penzlien; SILVA, Everaldo da. **Metodologia do Trabalho Acadêmico**. Indaial: Ed. Grupo UNIASSELVI, 2009.